

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO MARXIANO DE REPRESENTAÇÃO DE CLASSE.

Luiz Claudio Duarte*

Resumo

O artigo resulta da pesquisa de doutoramento: “*A Produção do Pensamento Militar Brasileiro Contemporâneo pela Escola Superior de Guerra: 1989-2006*”, que desenvolvi no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Seu objetivo é problematizar o conceito marxiano de *representante intelectual* visando o seu uso como categoria de análise na explicação do papel desempenhado pelos intelectuais esguianos ao buscarem influir na elaboração e propagação de uma visão de mundo para a burguesia brasileira. Procuramos demonstrar a relação entre os representantes e a classe social na própria constituição desta como classe para si. Demonstrar que os representantes não são apenas indivíduos que expressam a visão de mundo da classe, mas que são também sujeitos da constituição da classe como portadora de uma consciência própria.

Palavras Chave: consciência de classe, representantes, intelectuais.

1. Classes e Representação de Classe

No âmbito do materialismo histórico, a relação entre classes e consciência de classes é uma das mais debatidas e não há consenso a respeito¹.

No fundo dessa questão está a problemática clássica da filosofia: a da relação entre *Ser social* e formas de consciência, isto é, da relação entre os seres humanos organizados em determinadas formações econômico-sociais e as formas de consciência neles presentes. A primazia ontológica do *Ser social* sobre a consciência é um pressuposto epistemológico central do materialismo histórico,

* Professor do Curso de História do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense – PUCG/UFF; Doutor em Educação pela UFF e Mestre em História Social pela UFF.

¹ Uma apresentação sintética, porém consistente das dificuldades e disputas em torno do tema da relação entre classe e consciência de classe e suas relações com os questionamentos pós-modernos sobre a validade da ciência social marxista, pode ser lida no texto da historiadora Emília Viotti da Costa (1994). Ver também GORENDER (1990, p. 97-112; 1999 especialmente a primeira parte).

indispensável para explicar porque em cada formação econômico-social, em cada época histórica, prevalecem tais ou quais formas de consciência, porque determinadas ideias, certas visões de mundo, mostram-se socialmente fortes e aceitáveis e outras não, bem como as relações de unidade e/ou luta entre elas e o seu movimento, mas nunca existiu nem pode existir um *Ser social*, em outras palavras: seres humanos organizados em sociedade, sem consciência, sem visão de mundo, ainda que ideológica (no sentido marxiano) e marcada pelo senso comum. Ou seja, a antecedência ontológica do *Ser* sobre a *Consciência* é analítica, epistemológica, mas não factual.

Desde o aparecimento das sociedades de classes, cada indivíduo já nasce em uma classe social² e nas condições em que existem e se reproduzem os membros dessa classe é que ele receberá a sua formação cultural e moral, ao menos inicialmente. Nascer em determinada classe não resulta de uma escolha, mas este fato objetivo **tendencialmente** influirá de forma decisiva na configuração do *Ser social* dos indivíduos aí nascidos e nas **escolhas** que poderão realizar. São as determinações do modo de produção que atuarão sobre cada indivíduo conforme seja sua origem de classe. Esta **tende** a determinar possibilidades e limitações ao desenvolvimento profissional, econômico, político, cultural, social e intelectual dos indivíduos. Entretanto, do que dissemos acima não se deve inferir que a origem de classe é fator suficiente para determinar em absoluto a consciência de classe, o sentido de pertencimento de cada indivíduo a uma classe social. A origem de classe é apenas um dos elementos, ainda que seja no geral um elemento particularmente importante (a determinação ontológica), que determinará a consciência de classe, a visão de mundo dos indivíduos inseridos nas relações sociais de produção e reprodução da vida material e simbólica. Entre a origem de classe e a consciência de classe há mediações, determinações e escolhas. Atuam fatores materiais e simbólicos que configuram o *Ser social* do sujeito e direcionam suas escolhas (as quais são feitas dentro de um campo objetivo de possibilidades), dentre eles o sistema escolar, o sistema de produção (a disciplina da fábrica) e a ideologia da classe dominante que atua, inclusive, por meio dos seus apelos simbólicos de valoração da ordem vigente.

² “[...] as próprias classes são constituídas e continuam a se desenvolver de acordo com a divisão estrutural do trabalho [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 84).

Na produção teórica marxiana, essa questão da consciência e da representação de classe passa pelas categorias *classe em si* e *classe para si*.

Para Marx (1982a, p. 159), a constituição de uma classe, entendida como *classe para si*, é um processo. “[...] Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política”.

Marx e Engels compreendem as classes em sua historicidade, como *Ser social em movimento*. O *movimento dialético* (CHEPTULIN, 1982, p. 157-190) é elemento essencial do processo de constituição das classes, as quais não nascem prontas, isto é, não nascem plenas, já dispendo de consciência de si e para si, mas isto não as elimina enquanto classes objetivamente existentes e potencialmente em desenvolvimento, isto é, como *Ser social* que, em potência, carrega um vir a ser possível e mesmo necessário em razão da dinâmica estrutural do modo de produção.

É uma premissa central da dialética materialista que nenhuma realidade existe pronta e acabada desde sempre e para sempre. A realidade e, portanto, cada um dos elementos que constitui qualquer formação socioeconômica, está sempre em *movimento*, o qual não é aleatório, mas historicamente determinado, isto é, dentro das tendências e possibilidades do modo de produção que constitui a base material da formação econômico-social. Entre um nível e outro do processo de constituição de uma classe social – que correspondem a níveis diferentes de consciência (ibid., p. 62-156), de organização, de existência e experiências – as classes se movimentam e, *no limite*, alcançam o estágio de *classe para si*, ou seja, com *consciência de si e para si*, com um projeto próprio de poder pelo qual luta ativamente superando os particularismos que a fracionam.

[...] Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem **o seu modo de vida**, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões **constituem uma classe**. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida **não constituem uma classe** [...]. (MARX, s.d-c, p. 277, sem grifos no original).

Nesta citação, que consideramos ter alcance teórico geral, isto é, não ser aplicável exclusivamente aos camponeses franceses da primeira metade do século

XIX, Marx explica a distinção entre a *classe em si* e a *classe para si*, mas em um plano bastante abstrato. Aqui ele demonstra que a *origem de classe*, que **tende** a engendrar uma *condição de classe*, não produz **por si mesma** uma *posição de classe*, mas liga-se, ou melhor, **tende** a ligar-se, a ela. Porém, ele não aborda, neste momento, a questão essencial da *práxis* dos *representantes* na própria constituição da *classe* como **classe**, ou mais precisamente, da *classe em si* como **classe para si**. A mediação realizada pela *práxis* dos *representantes* – que não são somente a expressão organizada da classe, mas são também os *sujeitos* da constituição da classe – é, ao lado das experiências experimentadas pela classe, o elemento essencial para se entender o desenvolvimento da visão de mundo da classe e o seu *ser* no mundo.

É esta dialética que nos parece estar presente e ser expressa pelo par *classe em si-classe para si* e que é perdida por aqueles que abandonam tais conceitos, e a ontologia materialista dialética que através deles Marx buscou expressar, em nome de uma tese metafísica que só compreende o conceito de classe quando os indivíduos que a formam já se aceitam plenamente como pertencentes a ela, ou seja, já expressam uma consciência de classe com projeto próprio. Portanto, a classe só surgiria quando ela já existisse. E, na prática, constitui-se como um *Ser* sem história, pois as “experiências” que deveriam constituir-la enquanto tal teriam sido vividas por indivíduos e/ou grupos que eram então outra coisa que não ela mesma, pois ela só surge na história quando a consciência plena, a consciência de si, já foi conquistada, mas não por ela mesma (a classe) que não existia ainda. Troca-se, assim, a determinação materialista e dialética (histórica) de Marx e Engels por uma premissa metafísica: estruturalista ou idealista, não importa.

Engels, em seu estudo sobre a classe trabalhadora inglesa, concluiu pela existência entre as frações do proletariado, de níveis diferentes de consciência quanto aos próprios interesses. Compreendia assim que em um mesmo espaço-tempo (a Inglaterra da primeira metade do século XIX) e no mesmo grupo de pessoas que compartilhavam condições sociais de existência comuns – o proletariado – a consciência de seus interesses específicos – em contraposição aos interesses patronais – desenvolvia-se de forma desigual. “Também entre os operários industriais encontraremos essa gradação” (ENGELS, 2008, p. 63).

Estamos convencidos que o fenômeno percebido pelo jovem Engels não se

reduz à descrição de uma realidade historicamente superada, mas expressa a apropriação teórica do movimento tendencial do desenvolvimento da consciência entre as classes sociais. O de que este se dá de forma desigual, não apenas no espaço e no tempo, mas também no interior da classe, isto é, em suas frações.

Entendemos, portanto, que a diferença entre “classe em si” e “classe para si” não está na ausência versus presença de consciência, mas na qualidade, na abrangência, dessa consciência. Como esclarece Mézáros (2008, p. 89):

A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados [...].

Não existe um momento em que a classe esteja desprovida de consciência, mas momentos em que a classe existe com qualidades diferentes no que diz respeito à consciência *de si e para si*. Muitos fatores medeiam a passagem de uma qualidade a outra, dentre eles o papel desempenhado pelos *representantes* políticos e intelectuais da classe.

Aqui estamos mais uma vez diante da dificuldade do método de exposição explicitar, por meio de uma escrita materialista e dialética, uma diferenciação necessária no plano analítico, na investigação. O que é a consciência de classe? Grosso modo, podemos entendê-la como a consciência ou visão de mundo (SCHAFF, 1987) que um grupo de indivíduos tem de si próprio e dos demais e, em especial, como o interesse deste grupo em reproduzir ou subverter as relações sociais de produção em que está inserido (e suas expressões no plano jurídico e político). Quando chega a este nível, o grupo constitui-se como *classe para si*, demandando para tanto possuir um projeto próprio de poder que, em geral, é resultante do trabalho dos seus *representantes* intelectuais.

Para que possa realizar tal movimento no decurso de um processo histórico, o grupo precisa já ter uma existência objetiva, isto é, é mister que tal grupo de indivíduos já exista e se encontre posicionado nas relações sociais de produção, posição que, em geral, tende a ser o ponto de partida para a construção da unidade de interesses capaz de constituí-los como grupo e como classe. Nesse momento, tais indivíduos existem somente como *classe em si*, pois não portam uma visão

própria de mundo, uma consciência própria, no máximo, uma visão negativa da realidade vivida e algumas formas embrionárias ou limitadas de resistência, mas não um projeto societário alternativo (MÉSZÁROS, 2008, p. 77 et seq.). Nesse nível, sua consciência ainda é limitada, quando não determinada pela visão de mundo, pela ideologia de outra classe, isto é, é ainda consciência fortemente alienada ou reificada.

O fato de ter uma consciência limitada, restrita e corporativa não lhe retira a condição de classe social, insere objetivamente em determinadas posições nas relações sociais de produção a partir das quais participam tanto da produção quanto da distribuição dos bens materiais e simbólicos. Este posicionamento exerce condicionamentos estruturais sobre o conjunto do seu *Ser social*. Traz possibilidades ou impõe limitações. Mas esta condição objetiva, por si mesma, não será suficiente para elevar seus membros à condição de *classe para si*, isto é, de formarem uma classe no sentido forte do termo. Para tanto, entre outros fatores, é essencial a ação do que Lênin denominou de vanguarda (LENINE, 1982) e Gramsci (1989b) de intelectuais orgânicos.

1.1 – A Representação de Classe como Construção Intelectual

Pelo que expusemos acima, podemos concluir que: a) a constituição da classe e de sua consciência *de si* e *para si* são elementos de um **mesmo** processo histórico desigual e assimétrico, onde se articulam fatores objetivos – o modo de produção – e subjetivos: a educação, a ideologia, os simbolismos, as vivências políticas e culturais, a produção e propagação de uma visão de mundo que possa expressar os interesses comuns dos membros da classe ou construir tal interesse, a *práxis* de indivíduos, corporações e partidos que atuem junto aos membros da classe no sentido da sua formação filosófica etc. (GRAMSCI, 2006a); b) que a origem de classe não é fator suficiente para determinar a consciência de classe, o sentido de pertencimento, porém ela tende a estabelecer limites e possibilidades para as escolhas dos indivíduos e é um fator que ajuda a entender os posicionamentos políticos e intelectuais – ideológicos³ – dos indivíduos e grupos

³ Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, passim) conceituam a ideologia como “falsa consciência”, ou seja, como um discurso que é falso ou lacunário, que não expressa efetivamente a verdade, que distorce, deforma ou oculta a realidade manipulando-a em benefício da classe exploradora. À ideologia contrapõem a verdade científica, a teoria científica que não objetiva

sociais (MÉSZÁROS, 2008, p. 11, 75 et seq.).

[...] Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmo se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinada e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que a da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho [...]. (MARX e ENGELS, op. cit., p. 63-64).

Como assinalamos, entre a origem de classe e a consciência interpõem-se diversos elementos que atuam na mediação entre uma e outra.

Em suma, a consciência de classe não resulta espontaneamente da base material, isto é, das relações sociais de produção; nem das experiências políticas, culturais e/ou simbólicas vividas pelos indivíduos, mas da articulação complexa, assimétrica e não linear entre estes elementos e a ação teórico-política-educativa dos intelectuais orgânicos que se constituem em construtores e representantes – em diferentes níveis – da classe como classe para si. A consciência de classe, como uma visão de mundo, um projeto societário próprio, é também e necessariamente o resultado de uma elaboração teórica, de um trabalho intelectual que constrói como concreto-pensado ou concreto-totalidade (GORENDER, 1985) a crítica da ordem vigente ou a legitimação da ordem vigente ou projeta uma nova ordem societária. É, portanto, uma construção teórica resultante de um trabalho diligente e sistemático de intelectuais que, de forma militante, mais ou menos organizadamente, atuam formulando e/ou propagando a teoria que, se absorvida pela massa de indivíduos

esconder o real, suas contradições e tendências. No século XX passou a prevalecer a conceituação feita por Lênin – e que segundo Gorender (1989, p. VII-XXXIV; 1996, p. 5-70) será acompanhada por Gramsci – na qual a ideologia passa a ser definida como conjunto de ideias, a visão de mundo, de uma determinada classe, ainda que tais ideias sejam o resultado não de um desenvolvimento natural espontâneo dos membros da classe, mas do trabalho militante de intelectuais que as produzem e propagam. Segundo Löwy (1989, p. 12), Lênin compreendia ideologia como sendo “[...] qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Para Lênin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária [...] Ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe”. Esta formulação leninista parece-nos bastante próxima da concepção que segundo Löwy (ibid., p. 135) pode ser encontrada na obra de Gramsci que “[...] distingue entre dois tipos de ideologia: 1) as elucubrações metafísicas inventadas por certos indivíduos, arbitrarias e ilusórias; 2) as ideologias historicamente orgânicas que são necessárias a uma certa estrutura, isto é, aquelas que constituem ‘uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva’ [...]”. Doravante, exceto quando explicitado em contrário, o termo ideologia terá o sentido de conjunto de ideias sistematicamente formuladas que expressam a visão de mundo e os interesses de uma classe social, sendo o resultado do trabalho dos intelectuais orgânicos dessa classe; ou seja, o sentido que a ele é atribuído por Gramsci (2006a, p. 93 et. seq.; LÖWY, op. cit., p. 134-145).

que se deseja organizar como classe, adquire força material, isto é, força política para tentar estabelecer-se como projeto de poder. Exemplo disso foi a ascensão do liberalismo como ideologia dominante e sua constituição como ideologia burguesa.

Marx esclarece que o conteúdo classista das formulações teóricas e literárias não se confunde com pura manipulação ideológica, ainda que esta possa estar presente.

[...] não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições **especiais** para **sua** emancipação são as condições **gerais** sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classe. Não se deve imaginar tampouco, que os *representantes* democráticos sejam na realidade todos **shopkeepers** (lojistas) ou defensores entusiastas destes últimos. Segundo sua formação e posição individual podem estar tão longe deles como o céu da terra. *O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida e são, conseqüentemente impelidos teoricamente para os mesmos problemas e soluções para as quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam.* (MARX, s.d-c, p. 224-227, grifos em negrito no original, sem itálico no original. Cf. MÉSZÁROS, 2009, p. 10).

É verdade que os pensadores iluministas geralmente não eram capitalistas, porém suas ideias somente adquiriram força material quando foram esposadas pela burguesia que fez delas sua bandeira de luta e seu objetivo político. Independentemente da origem social dos teóricos do jusnaturalismo, o fato é que foi a burguesia que lhe conferiu a condição de ideologia dominante e foi aos seus interesses concretos, ainda que apresentados como universais, que as novas ideias se ajustaram e passaram a expressar, organizando, mobilizando e legitimando as ações políticas da fração mais ativa da classe e dos seus *representantes* políticos e intelectuais, ainda que estes nem sempre fossem burgueses *stricto sensu*, e **em geral** não o eram, ainda que possam ser.

Analisando a forma do regime militar nascido do golpe de 1964, Dreifuss afirma:

Este capítulo tenta esclarecer suposições aceitas e não questionadas a respeito da forma do regime pós-1964, suposições estas que superestimam seu aspecto militar e subestimam o papel político dos industriais e banqueiros. Apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de 'militar' por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável. Entretanto, um aspecto a ser imediatamente considerado é que atribuir o rótulo de tecnocratas aos novos ocupantes das posições de poder é errôneo [...]. Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários. Além disso [...] os empresários e tecno-empresários que

ocuparam os setores-chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelos IPES para derrubar J. Goulart. Em muitos casos, sócios e empregados de líderes do IPES foram indicados para órgãos administrativos e ministérios. (DREIFUSS, 1987, p. 417, sem grifos no original).

Neste caso, temos uma representação classista exercida mais diretamente por membros da classe burguesa *stricto sensu*, em combinação com “técnicos” a ela vinculados por laços societários, profissionais ou simplesmente ideológicos. O mais importante, contudo, é termos em conta o papel desempenhado pelo complexo IPES/IBAD na formulação e propagação dos interesses, da visão de mundo, da fração multinacional e associada do capital no Brasil, conseguindo elevá-la à condição de visão de mundo hegemônica na classe dos capitalistas – mas não só – tornando-a fator de unidade e solidariedade da classe no entendimento de que lhe era necessário pôr fim a experiência do nacional-reformismo em curso. Assim, o complexo IPES/IBAD funcionou como um intelectual coletivo da fração multinacional e associada da burguesia no Brasil. Sua importância para a coesão e a mobilização da sociedade civil do capital contra as organizações e setores que apoiavam o programa nacional-reformista do Executivo federal, demonstra que a *consciência de classe* é uma *construção intelectual e prática* e não uma *emanação da classe em si*.

Se, em algumas situações, a *representação de classe* dá-se mais diretamente por meio de indivíduos provenientes da própria classe (o que não significa que a consciência tenha emanado neles pura e simplesmente por sua ligação econômica com a classe), a tendência da burguesia foi a de servir-se de *representantes* oriundos de outras classes sociais, mas que a ela se ligam.

Segundo Gorender (1999, p. 44-47; 52, grifos em negrito no original, sem itálico no original):

Quando começou a existir como tipo social, ainda sob o domínio da aristocracia feudal, o burguês manifestava um sentimento de inferioridade diante dos nobres com os quais entrava em contato [...]. O comportamento deste ainda não se desprendera da ideologia aristocrática e sua maior ambição de novo-rico era se aristocratizar.

[...] À medida que adquiriu consistência como classe, a burguesia desenvolveu ideologia própria, altamente elaborada, e fez sua revolução contra a aristocracia feudal [...].

[...] Para o burguês prático, seria inviável associar responsabilidades empresariais com a profissão militar ou de administrador público. *Necessariamente, a burguesia precisou admitir a delegação das tarefas estatais a especialistas profissionais*. Nos primórdios, estes especialistas eram principalmente aristocratas. *Com o passar do tempo, passaram a ser recrutados em outras camadas sociais como militares profissionais, juristas, financistas e outros especialistas* [...] aos quais Gramsci chamaria de **intelectuais orgânicos**.

A divisão de tarefas, sem dúvida, não é rígida. Não faltam empresários nos parlamentos e nos ministérios. Mas não são eles que caracterizam o tipo social que desempenha as funções públicas. Estas, *em casos como as judiciárias e militares, são rigorosamente*

restritas a profissionais de tempo integral. São funções que requerem longa preparação especializada e não dão margem para improvisações.

Também o exercício de cargos eletivos se tornou uma especialização profissional. Pessoas oriundas de famílias burguesas podem ocupar tais cargos, levadas por motivações diversas. *Em sua grande maioria, no entanto, os cargos eletivos são disputados e exercidos por políticos em tempo integral, procedentes das camadas médias e inferiores.* A disputa eleitoral requer o trato habilidoso com a massa de gente comum, o que só conseguem os indivíduos dotados de vocação e experiência vivenciada. Uma vez que é uma classe-elite, a dominação da burguesia depende do apoio das classes-massa. O político profissional age como promotor deste apoio, o que lhe impõe disciplina, conhecimentos, esforço concentrado e traquejo apurado [...].

A separação de funções entre o burguês prático e o político profissional não afeta em nada a dominação de classe da burguesia. Todo um mecanismo de mídia e de financiamentos, legalizados ou não, ata os partidos burgueses e os políticos profissionais, individualmente, à burguesia como classe ou a setores e grupos dela. O mecanismo, vez por outra, incorre em desajustes e falhas e pode mesmo entrar em pane. Mas a regra é o funcionamento satisfatório.

Mais uma circunstância importantíssima influi no comportamento dos políticos profissionais, assegurando sua fidelidade aos interesses gerais da burguesia (embora ocorram infidelidades, até com frequência, a interesses parciais, sobretudo se conflitantes entre si). Tal circunstância consiste no fato de que só por exceção o político profissional é um asceta, motivado unicamente pelos princípios cívicos. Comumente, ambiciona ser burguês ao mesmo título que seus patrocinadores, dispondo de patrimônio e de padrão de vida equivalentes aos deles. Afinal, por que deveria o deputado ou ministro se contentar com os vencimentos protocolares, enquanto os empresários, cujas causas eles defendem, se fartam de riquezas crescentes?

Como é óbvio, existem regras do jogo que não devem ser violadas, aparências que precisam ser preservadas, sobretudo nos países em que o Estado de direito e a transparência da vida pública são valorizados. Todavia [...] não faltam os mil e um jeitinhos, incluindo a passagem pelos campos minados da corrupção, que conduzem o político profissional de origem modesta à fortuna pessoal [...] procedimento sistêmico, inextirpável da vida pública burguesa. Na verdade, uma ramificação normal das atividades políticas e administrativas, cuja prática só vem a ser condenada naqueles casos em que os agentes, pro exagero, incompetência ou falta de sorte, violaram normas consagradas e aparências indispensáveis [...].

[...] Justamente [...] porque os políticos profissionais dos partidos burgueses são levados a ambicionar a conquista do padrão patrimonial e do estilo de vida dos seus representados. Ou seja, ambicionam aproximar-se da classe, parecer-se com ela o mais possível. Por conseguinte, os burgueses, enquanto representados, não têm por que se preocupar com os êxitos patrimoniais dos seus políticos. Bem ao contrário. Quanto mais aburguesados, tanto mais fiéis à classe social burguesa.

Que a escrita de Gorender não crie a falsa impressão, certamente não pretendida pelo autor, de que a representação política da burguesia é resultante e expressão exclusivamente de interesses mesquinhos e individualistas dos políticos profissionais, ainda que este elemento não possa ser descartado e, certamente, tenha, como enfatiza o autor, uma importância significativa.

Como salientamos anteriormente, Marx (s.d-c, p. 224-227) alerta-nos para a necessidade de compreendermos esta relação entre classes e representação, tendo em conta também o fato de o representante acreditar nas ideias e valores que expressa e mais ainda, que está contribuindo para construir e difundir ideias e valores que concebe como universais, inexoráveis e mesmo naturais.

Comentando uma passagem de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e sua importância na construção por Marx (ibid.) do conceito de ideologia, Michael Löwy (1998, p. 101-102, grifos no original) conclui o seguinte:

a) É a classe que ‘cria e forma’ as visões sociais de mundo (‘superestruturas’), mas estas são sistematizadas e desenvolvidas por seus ‘representantes políticos e literários’, isto é, seus ideólogos (ou utopistas). A visão social de mundo (ideológica ou utópica) com seus diversos componentes corresponde não somente aos interesses materiais da classe mas também à sua *situação social* – conceito mais amplo, que permite superar a tentativa reducionista que relaciona as ideologias apenas ao ‘interesse’ (economicamente definido).

b) Os intelectuais são relativamente autônomos com relação à classe. Eles podem ser separados dela por um ‘abismo’ social e cultural; sua ‘situação pessoal’ não deve ser de todo necessariamente a mesma que aquela da classe que ele representa. O que os faz representantes desta classe é a ideologia (ou utopia) que eles produzem.

c) O que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela ideia isolada, tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa ‘forma de pensar’, uma *problemática*, um certo horizonte intelectual (‘limites da razão’). De outro lado, a ideologia não é necessariamente uma mentira deliberada; ela pode comportar (e comporta geralmente) uma parte importante de *ilusões* e de *autoilusões*.

Este raciocínio vale unicamente para os representantes políticos e literários de uma classe? Não se aplicaria ele também a seus representantes *científicos* (ou com pretensão científica), no domínio das ciências sociais e econômicas? Realmente, o conceito de *representação científica de classe* ocupa um lugar crucial na crítica marxista da economia política. Na *Miséria da filosofia*, Marx já escrevera que ‘os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa’ – fórmula que sugere claramente que para ele ciência e representação de um ponto de vista de classe não são mutuamente exclusivos [...] Procurar-se-á em vão em suas obras uma sistematização teórica do problema; mas a partir de um conjunto de fragmentos esparsos, pode-se procurar reconstituir as principais linhas de força de sua *démarche*. Para ele estava apenas em questão a economia política, mas nos parece que suas conclusões metodológicas essenciais são aplicáveis ao conjunto das ciências sociais.

Sendo assim, toda classe, no processo de sua constituição, demanda a existência de um ou mais grupos de intelectuais que a ela organicamente se vinculam, não necessária ou exclusivamente por interesses pessoais, mas também, sobretudo ou unicamente, por identificação histórica com o *Ser social* dessa classe, com o que ela representa ou pode representar historicamente em termos de preservação ou transformação/inação da ordem vigente. “Nenhuma classe dominante jamais pôde passar sem ter sua própria elite intelectual” (STÁLIN, 1980, p. 19). Tais intelectuais tornam-se assim *representantes* da classe. Mas os *representantes* não são submissos a um papel passivo que como um espelho reflete⁴ a vontade do outro, do representado. Os *representantes* são ativos, são indivíduos e grupos que formulam, dão tratamento teórico, divulgam e expressam as qualidades indispensáveis e recomendáveis *dos e para os* membros da classe. Eles

⁴ No sentido do primeiro modelo analisado por Schaff (op. cit., p. 73-76), isto é, “a construção mecanicista da teoria do reflexo” e não, como já nos referimos anteriormente, no sentido da “teoria do reflexo corretamente interpretada”.

formulam no nível filosófico – isto é, para além do senso comum – e expressam o “conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento”⁵ que os elementos menos ativos da classe, ou seus membros “práticos” (GRAMSCI, 2006a, p. 103 et. seq.; MARX, 1982a) manifestam ou se atribuem no senso comum. E, mais importante ainda, os *representantes*, em níveis diferentes de formulação/abstração, constroem a visão de mundo, o projeto de sociedade, de poder, da classe; bem como as estratégias e táticas da luta pelo poder, e atuam no sentido de fazê-lo vitorioso, o que tem como pressuposto a sua assunção pela classe.

Desta forma, a constituição de uma classe tem como fator essencial a existência, pelo trabalho dos seus *representantes*, de uma visão de mundo que se torne o elemento de unidade dos seus membros. Alguns representantes limitam-se ao nível corporativo e as ideias que produzem, sintetizam e difundem, em geral, restringem-se a este nível; outros, vão além do plano corporativo e/ou regional, nacional, parcial; visam à unidade geral da classe, seus interesses mais gerais, para além dos interesses parciais e, mesmo, confrontam-se com eles quando, assim, exige o interesse geral em luta com os interesses de outras classes expressos em visões de mundo rivais⁶.

Segundo Mézáros, a necessidade do proletariado transitar de uma consciência de grupo a uma consciência de classe, isto é, à “consciência global de seu ser social” só é uma ‘inevitabilidade histórica’:

[...] precisamente na medida em que a tarefa é *realizada* através da mediação necessária de uma atuação humana autoconsciente. Isto requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada segundo as condições sócio-históricas específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social [...] Em outras palavras, o desenvolvimento ‘direto’ e ‘espontâneo’ da consciência de classe proletária – seja sob o impacto de crises econômicas ou como resultado do autoesclarecimento individual – é um sonho utópico [...]. (MÉSZÁROS, 2008, p. 72, grifo no original).

⁵ Dos significados que a língua portuguesa apresenta para o termo “representação”, escolhemos os itens 6 (“Qualidade indispensável ou recomendável”) e 9 (“conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento”), como os que melhor expressam o sentido que a ele estamos atribuindo. FERREIRA (s.d.). Entendemos, com base em Löwy (1998, p. 101), que conceituar o que Gramsci define como “intelectuais orgânicos” como *representantes de classe* é, não apenas semanticamente possível, como compatível com o *corpus* conceitual do marxismo.

⁶ Lembrando que “interesse de classe” não se restringe a interesse material no sentido de puro interesse econômico (LÖWY, 1998, p. 101; QUINIQU, op. cit., p. 48-50).

Para alcançar a referida transcendência da consciência corporativa à consciência global do seu *Ser social*, são fundamentais, ainda que por si só não sejam suficientes, a existência e a *práxis* dos *representantes* políticos e intelectuais da classe (MARX, s.d-c, p. 224-227; LENINE, 1982; Gramsci 2006b), que estabelecem uma relação orgânica com a classe. Esta organicidade, ou seja, a existência de um ou mais grupos de intelectuais organicamente engajados na elaboração, justificação, implantação, operacionalização e reprodução do projeto societário adequado ao *Ser social* e/ou ao devir histórico potencial da classe, não é uma necessidade específica do proletariado, mas de todas as classes fundamentais do modo de produção. Sem dispor de tal grupo, a classe não se constitui plenamente em classe *para si*. Tal necessidade leva-nos à problemática da relação entre classes, sujeitos e ideologias.

Duas questões importantes nessa discussão são: a) a categoria sujeito e sua relação com a ideologia; b) a relação entre determinação e liberdade na configuração do sujeito como representante ou intelectual orgânico de uma classe.

1.2 – Sujeitos, ideologias e qualificação

Quiniou (2000, p. 51-52), em sua análise comparativa das teses de Bourdieu e Marx, afirma que o elemento mais significativo da contribuição do segundo às ciências sociais e no qual se nutre o primeiro é o determinismo materialista. Nele “[...] O homem aparece rigorosamente determinado pelas estruturas sociais objetivas exteriores a ele, e pelas estruturas subjetivas, incorporadas nele, mas que são apenas a interiorização, sob uma forma específica, das estruturas externas [...]”. Esse determinismo:

[...] nos obriga a pensar o homem preso numa cadeia complexa de microdeterminismos sociais dos quais a sociologia não para de fazer o inventário e de apontar a eficácia, inclusive nos setores que pareceriam lhe escapar, como o gosto estético, a aspiração pessoal, a criatividade cultural, as estruturas temporais da consciência, etc. Portanto, o subjetivo não passa do objetivo interiorizado, o individual não passa do social individualizado, e a exceção não passa de uma frequência estatística a ser ignorada. E o próprio Bourdieu se confessa ‘estupefato de ver o grau em que as coisas são determinadas’⁷ [...] A consequência disso não pode então ser atenuada: a ciência social nos obriga a renunciar à categoria de ‘sujeito’ *no sentido rigoroso deste termo, a saber, à ideia de um sujeito livre, potência originária de posição dos seus atos e transparente para si*. A necessidade social reina ali onde a filosofia, no seu componente humanista espiritualista, de acordo com a opinião corrente, acreditou que havia contingência, isto é, liberdade. O homem não está livre, ele não está nem mesmo livre em sua crença na liberdade, já que a ciência social pode estabelecer sua gênese, e quanto mais ele acredita sê-lo menos ele o é

⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Réponses*, p. 172, apud QUINIOU (op. cit., p. 52).

[...]. (QUINIQU, op. cit., p. 52, sem grifos no original).

Parece-nos evidente que ao propor que as ciências sociais abandonem a categoria de “sujeito” e, portanto, que passemos a conceber a história sem sujeitos, Quiniou refere-se ao “sujeito” como ele aparece no pensamento liberal: o sujeito anistórico, indeterminado e abstratamente livre, isto é, absolutamente livre por um atributo natural: a pressuposta liberdade natural da razão concebida à maneira liberal.

Mas como a história é feita pelos homens, ainda que dentro de contextos que lhes são determinados (MARX, s.d-c, p. 203), o autor apresenta como alternativa à categoria “sujeito” a categoria “agente”⁸. Mas é a negação da categoria sujeito e sua substituição pela de “agente” um ganho para o materialismo histórico e para as ciências sociais? Parece-nos que não. E pela simples razão de que a categoria proposta não permite a mesma flexibilidade semântica que possibilita o termo sujeito e com isso dificulta ou mesmo impossibilita uma narrativa dialética, uma escrita dialética e materialista do processo, da história. Ela tende a dicotomizar: de um lado o indivíduo sujeitado (passivo), alienado; do outro, o indivíduo ativo, agente. Perde-se a unidade dialética na qual os sujeitos históricos, os sujeitos concretos, que nada têm em comum com o sujeito ideologizado pelos pensadores jusnaturalistas, efetivamente existem. A totalidade dialética, unidade e luta, entre as condições de alienação e consciência é partida e perdida.

Não pode haver história sem sujeito porque a história não pode ser reduzida a estruturas (infra ou super) que se movimentem *de per si*. Não pode ser reduzida a um jogo semântico de categorias científicas ou filosóficas. Não pode ser feita ou ocorrer sem que humanos atuem com variáveis níveis de consciência e prática. Porque não há história sem ações humanas (MARX e ENGELS, 2009, p. 95-163). Ações suficientemente determinadas, isto é, que expressem as necessidades tendenciais de um modo de produção específico para que possam ser compreendidas no seu nascimento, desenvolvimento e devir, em seu *movimento*; para que sejam inteligíveis e cientificamente explicáveis e não um amontoado de acasos e de fatos isolados, para que a história feita seja aquela possível e não simplesmente o resultado de vontades arbitrárias; mas também e simultaneamente

⁸ “[...] nem por isso o homem deixa de ser um agente, isto é, uma ‘potência’ determinante, fonte de efeitos inéditos [...]” (QUINIQU, op. cit., p. 52).

ações que expressam graus diferentes de liberdade, de escolhas possíveis, de consciência. Liberdade de escolha que não é ilimitada, absoluta, natural, mas condicionada a um conjunto de possibilidades e tendências presentes e induzidas pelas estruturas existentes, mas que, também, implicam decisões a serem tomadas pelos sujeitos do processo. As estruturas não decidem, condicionam: tencionam para, possibilitam, dificultam ou mesmo impossibilitam; mas apenas os sujeitos, os humanos, ou mais precisamente, as classes⁹ é que podem decidir e fazer, ou não.

[...] A *História* não faz *nada*, ‘não possui *nenhuma* riqueza imensa’, ‘não luta *nenhum* tipo de luta!’ Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, *o homem*, o homem real, que vive; não é, por certo, a ‘História’, que utiliza o homem como meio para alcançar *seus* fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História *não é senão* a atividade do homem que persegue seus objetivos [...]. (MARX e ENGELS, 2009, p. 111, grifos no original).

Mas voltemos à questão da categoria sujeito. Utilizá-la-emos por considerá-la válida e útil à análise/síntese do processo histórico, do processo de produção e difusão de ideologias, e também à escrita dialética e materialista da história¹⁰.

Para Göran Therborn, a categoria sujeito, por sua própria ambiguidade semântica, possibilita “uma dialética da ideologia” a qual:

[...] está indicada pela ambiguidade básica da palavra ‘sujeito’, tanto em francês com em inglês [...] O caráter dialético de toda a ideologia poder ser visto como indicado pelos sentidos opostos da palavra *subject* nas expressões ‘o súdito (subject) do rei X (ou da ordem social Y)’ e ‘o sujeito (subject) da história’. No primeiro sentido, ‘sujeito’ se refere à pessoa que está subjugada a uma força ou a uma ordem particular; no segundo se torna o realizador ou criador de alguma coisa. (THERBORN, 1980, p. 2, grifo na tradução).

Também em português, o termo sujeito contém a mesma ambiguidade semântica observada por Therborn e que lhe permite expressar, como categoria

⁹ O que implica que cada membro da classe fez, ao menos, uma escolha: a de seguir ou não com os demais componentes dela, de considerar-se ou não vinculado ao projeto de poder da classe à qual se considera vinculado.

¹⁰ Com base no livro de Ciro Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1983, p. 430), podemos entender a análise como um termo referente a um procedimento científico que, de forma mais geral, é entendido como implicando duas operações lógicas. A primeira seria “a identificação dos diferentes elementos ou componentes de um todo (às vezes chamada análise molecular ou microanálise)”; a segunda, “a identificação das relações entre diferentes elementos ou componentes (por vezes chamada de análise funcional ou relacional)”. Uma terceira seria a formulação de uma explicação (por vezes denominada de análise global) que implica também uma síntese, isto é, tornar a situar o objeto analisado no conjunto maior que permite explicá-lo. Essa terceira operação lógica (e aqui estamos falando do método de pesquisa) não é perceptível no uso regular que se faz do termo análise, daí que, doravante, exceto quando se tratar de uma citação, para evitar quaisquer dúvidas sobre a imperiosa necessidade de que a decomposição analítica do objeto se complete por sua recomposição na síntese (análise global), é que, preferencialmente, empregaremos o termo análise/síntese, o qual adquire em nosso entendimento, exatamente o sentido de um procedimento teórico-metodológico que implica a análise (molecular e relacional) enquanto operação lógica necessária à síntese, a qual deverá guiar o método de exposição (DUARTE, 1995, p. 9, nota 15; CIAVATTA, 2001, p. 122 et seq.).

sociológica, a dialética dos sujeitos individuais e coletivos de serem simultaneamente subjugados (determinados e/ou alienados) e realizadores (agentes, seres ativos no processo histórico). A rejeição à categoria sujeito, a tese da história sem sujeito, quando não se reduz a abstrações conceituais e categorias estruturalistas que fazem das estruturas uma espécie de ideia absoluta hegeliana, parece-nos motivada por uma leitura em que o sujeito é entendido em sua significação liberal/iluminista. Therborn, a nosso ver, dá ao conceito um significado preciso e demonstra a sua capacidade de expressar a dialética entre necessidade e liberdade presente nos indivíduos e nas classes.

Entendemos que algo semelhante, no tocante à capacidade de expressar a dialética entre classe e *representação de classe*, ocorre com a categoria *representantes*, pois estes não apenas *expressam* as qualidades da classe, como também *elaboram e propagam* tais qualidades. Não raramente o fazem elevando ao nível filosófico, teórico, o que existe e é compartilhado pelos membros na classe enquanto senso comum (GRAMSCI, 2006a)¹¹.

Mas seriam categorias idênticas? Indicariam uma mesma posição e uma mesma funcionalidade dos indivíduos, grupos, classes e frações de classes no processo histórico geral e na luta de classes em particular? Parece-nos que não. Sujeito é uma categoria mais abstrata e serve para dar conta tanto dos *representantes* quanto dos representados. Expressa essencialmente a dialética entre sujeição e autonomia, necessidade e liberdade. *Representante* tem um nível de abstração menor, destina-se a explicar uma relação mais precisa, ou menos geral, pois diz daqueles que formam a parcela política, ideológica ou cientificamente mais atuante da classe, independentemente da origem de classe *stricto sensu*. Daqueles que necessariamente e conscientemente, expressam e/ou formulam e propagam a visão de mundo *da e para a* classe. Assim, todo *representante é sujeito* (no seu duplo sentido), mas nem todo *sujeito é representante* ou, parafraseando Gramsci (2006b, p. 18), exerce função de *representante*.

Mas então o que articula essas duas categorias? As ideologias. A dupla

¹¹ Essa potencialidade semântica do termo *representante* de expressar a dialética entre representação e classe parece-nos evidente em alguns dos significados do verbo representar (além dos significados que destacamos anteriormente): “Ser a imagem ou a reprodução de; significar; substituir; ser procurador ou mandatário de; denotar; desempenhar o papel, as atribuições, a função de; figurar como; apresentar-se, oferecer-se ao espírito; figurar como símbolo” (FERREIRA, s.d).

condição dos sujeitos pode ser vivida objetivamente, isto é, como determinação, e pode ser reproduzida objetivamente, pelas leis inerentes ao modo de produção; entretanto, cada uma delas só é apreendida, aceita, legitimada ou rejeitada por meio das ideologias. Por sua vez, o representante é sempre, em algum nível, um ser ideológico, ou seja, alguém que exerce, seja no plano mais simples, corporativo e local, seja no plano mais complexo da representação da classe no seu todo, uma função ideológica. O que fundamentalmente liga-o à classe, sem desconsiderar possíveis interesses materiais e pessoais, é a ideologia. É a unidade ideológica que se estabelece entre seus interesses e sua visão de mundo com os interesses e a visão de mundo da classe. Interesses e visão de mundo que ele ajuda a construir e difundir e legitimar. Desta forma, ao mesmo tempo em que é determinado pela classe, ele exerce função determinante no devir potencial da classe.

Mas o que são as ideologias? Anteriormente, já explicitamos nossa escolha pela acepção dada ao termo por Lênin. Mas o que as torna o que são, e que importância elas têm para a nossa compreensão dos sujeitos e particularmente para o entendimento do que faz de um grupo de indivíduos *representantes* de uma classe? Novamente recorreremos a Therborn.

As ideologias sujeitam e qualificam os sujeitos dizendo-lhes, relacionando-os com, e fazendo-os se reconhecerem:

- 1) o que existe, e seu corolário, o que não existe: isto é, quem somos o que é o mundo, a natureza, a sociedade; e como são os homens e as mulheres. Desta maneira adquirimos um sentido de identidade, tornando-nos conscientes do que é real e verdadeiro; assim a visibilidade do mundo é estruturada pela distribuição de luzes, sombras e escuridão.
- 2) o que é bom, certo, justo, bonito, atraente, agradável e seus opostos. Desta maneira nossos desejos tornam-se estruturados e normatizados.
- 3) O que é possível e impossível. Nosso sentido de mutabilidade de nosso ser-no-mundo e as conseqüências das mudanças são modeladas e se confirmam nossas esperanças, ambições e medos. (THERBORN, op. cit., p. 3).

Estes são, segundo o autor, os “*três modos fundamentais de interpelação ideológica*”. A visão de mundo que guiará as ações dos sujeitos dependerá das respostas aceitas como verdadeiras ou possíveis para estas interpelações. Elas se constituem, portanto, em um dos elementos fundamentais da configuração dos sujeitos. O outro é o reconhecimento por parte dos sujeitos de um *Sujeito* central o qual reconhecem, portanto identificam, e no qual se reconhecem, portanto legitimam; e que pode ser uma representação mística, a família, um grupo, uma classe, uma instituição, uma condição social etc. Qualquer coisa que possa ser identificada, legitimada e reconhecida, em relação à qual possam estabelecer

relação de pertencimento, que possa ser vista como maior e na qual os sujeitos possam se ver integrados (ibid., p. 3).

Assim, as ideologias servem para formar os sujeitos e os representantes.

[...] A formação dos seres humanos por toda ideologia conservadora e revolucionária, opressiva ou emancipatória, segundo qualquer critério, envolve um processo que é simultaneamente de sujeição e de qualificação [...] Embora qualificados pela interpelação ideológica, os sujeitos também se tornam qualificados para ‘qualificar’, por sua vez, a interpelação, especificando-a e modificando sua área de aplicação [...]. (ibid., p. 2-3).

Temos, então, que os sujeitos, a partir das respostas dadas aos modos de interpelação e pelo nível de coesão ou não com o *Sujeito* central, são submetidos e qualificados para desempenhar determinadas funções no processo de reprodução social.

Claro está que à medida que o *Sujeito* central seja um sistema social organizado em classes, a origem e a condição de classe dos sujeitos terão grande influência no tipo de sujeição a que estarão submetidos, bem como nos tipos de qualificação que tendencialmente receberão e, portanto, as qualificações que serão capazes de fazer do próprio *Sujeito* central. Portanto, os sujeitos e representantes não são transparentes, mas ideologicamente formados.

É certo também que o *Sujeito* central – seja ele qual for – não é neutro, mas possui, expressa e reproduz valores. Serve-se de sua posição dominante e da sujeição dos sujeitos a ele para favorecer a que formulem determinadas respostas às interpelações acima referidas (MÉSZÁROS, 2009, p. 10; THERBORN, op. cit.). Não por acaso, Therborn as define como “ideológicas”, posto que o sentido implícito nelas pelo *Sujeito* central é o de que se constituam em mecanismos de qualificação ideológica dos sujeitos, os quais se tornam representantes do *Sujeito* central, reprodutores dos seus valores – os da academia militar, por exemplo – assim como dos interesses daqueles que são representados e defendidos pela própria instituição e cuja visão de mundo tende a estar intrínseca nas ideologias do próprio *Sujeito*.

Mas e quanto ao *movimento*? Até o momento, as ideologias aparecem, sobretudo, como mecanismos subjetivos, simbólicos, imagéticos cuja função é a reprodução. A formação de sujeitos e representantes socialmente condicionados e que têm como papel social essencial favorecer a reprodução.

1.3 – Necessidade e liberdade, reprodução e ruptura

Para Mézáros (2009):

[...] as figuras representativas do horizonte social do capital têm de conceituar tudo de uma determinada maneira, e não de outra. E, uma vez que os limites em questão são *estruturalmente intransponíveis* [...] as principais características metodológicas das teorias sintetizadoras que se originam nessa estrutura não podem ser alteradas de maneira significativa [...]. (ibid., p. 10, grifos no original).

Isto porque:

[...] os parâmetros metodológicos fundamentais das épocas históricas são circunscritos pelos *limites estruturais últimos* de sua força dominante de controle sociometabólico e, como tal, são definidos segundo as potencialidades (e, evidentemente, também de acordo com as limitações) inerentes ao modo dominante de atividade produtiva e à correspondente distribuição do produto social total. (ibid., p. 10, grifos no original).

Ou seja, os sujeitos que se identificam com o “horizonte social do capital” e que só alcançam responder aos “*três modos fundamentais de interpelação ideológica*” (THERBORN, op. cit., p. 2-3) nos marcos do referido horizonte, concretamente formularão no nível filosófico e representarão, no nível intelectual e político, os interesses “estruturais últimos”, fundamentais, da força que controla o metabolismo social; expressarão suas potencialidades e legitimarão seus limites **inerentes**, além de expressarem as posições por eles ocupadas na “distribuição do produto social total”. Seus horizontes estão estruturalmente condicionados.

Em outro texto, o mesmo autor afirma que “[...] o ‘ser’ de qualquer classe é a síntese abrangente de *todos* os fatores atuantes na sociedade [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 56, grifo no original). Parece-nos lícito estender essa tese também às frações de classes e aos intelectuais orgânicos de cada classe. Isto significa que, para além da origem de classe, da condição econômica, atuam, na qualificação dos sujeitos históricos, fatores extraeconômicos como a educação, formal ou não, a qual realiza tanto a qualificação profissional quanto ideológica (THERBORN, op. cit.). Sendo assim, a consciência de classe, a visão de mundo de uma classe e dos seus *representantes* intelectuais e políticos não são redutíveis às determinações materiais e menos ainda aos condicionantes econômicos, não são subprodutos do econômico, mas refletem o complexo dialético de determinações que configura o *Ser social*. Nem subproduto do econômico, nem pura subjetividade indeterminada. “*No domínio da ideologia, muitos fenômenos só podem ser explicados indiretamente pela influência da evolução econômica. É o que esquecem, com demasiada frequência, não só os adversários, mas certos partidários da teoria marxista da história*” (PLEKHÁNOV, 1987, p. 268-269 e 1973, p. 201, grifos no original).

Então, segundo Mézszáros (2008), o conceito marxiano de *Ser social* engloba

o conjunto dos elementos (determinantes) infra e superestruturais que configura a formação econômico-social, e é nas relações que estabelecem com este conjunto que os *sujeitos* são, nos termos de Therborn (op. cit.), qualificados e tornam-se aptos a qualificarem tanto novos *sujeitos* (*representantes*) como ao *Sujeito* central.

Mas, sabermos que a consciência e o *Ser social* dos sujeitos não decorrem de uma determinação exclusiva, não é suficiente para equacionar, em termos materialista e dialético, o risco de leituras unilaterais que estabelecem causalidades lineares na explicação da relação entre determinação social e consciência de classe.

Para que a totalidade do processo e suas mediações sejam efetivamente compreendidas, é mister ter em conta a dialética que existe entre a condição de determinante e de determinado que os elementos assumem na constituição do real. Ou seja, a sua condição mútua, recíproca e relativa de determinantes e determinados (MÉSZÁROS, 2008, p. 57).

Destarte, os sujeitos, sobretudo ao constituírem-se como *representantes* intelectuais e/ou políticos das classes sociais fundamentais interferem conscientemente na realidade, contribuindo para a reprodução ou subversão da ordem vigente, do próprio *Ser social* em que se formam. À medida que elaboram e difundem a visão de mundo, a ideologia que objetivam constituir como a consciência da classe a qual se vinculam os *representantes*, produtores e portadores da consciência filosófica, passam a fazer parte das “interações complexas” que moldam o *Ser social* e condicionam o devir histórico. Determinados em suas possibilidades e limites pelo seu *Ser social*, tornam-se, também, determinantes no devir da formação econômico-social em que estão inseridos (ibid., 2008, p. 64).

Isto significa que o *representante* é consciente, ainda que possa variar o nível e a complexidade dessa consciência, de que em sua *práxis* intelectual e/ou política formula e expressa a visão de mundo que corresponde aos interesses e que dá a necessária significação simbólica às necessidades ou práticas objetivas de uma classe ou fração de classe. “A consciência de classe [...] é inseparável do reconhecimento [...] do interesse de classe, com base na posição social objetiva das diferentes classes na estrutura vigente da sociedade [...]” (ibid., p. 65). Ou seja, o *representante* possui a consciência individual do interesse de classe, ainda que, ideologicamente, em suas convicções, tais significações simbólicas apareçam como expressão de uma necessidade nacional, natural ou humana, isto é, como

expressão de interesses gerais. O que o move não é necessariamente o interesse mesquinho, ainda que esse possa estar presente, mas o seu limite metodológico, estrutural, que o faz tomar os interesses da classe à qual se vincula, aquela com cujo *Ser social* se identifica, como sendo os interesses sociais mais legítimos e universais. Ele reconstrói, no plano mental, a classe que objetivamente existe, por meio de signos que elabora para a expressar e atribuir-lhe sentido. É o caso, por exemplo, da identificação ideológica da classe capitalista com a figura do *self made man*, uma representação simbólica idealizada do *Ser social* do capitalista, não de um, mas da classe. Signo que legitima a mais importante particularidade do capitalista: a posse privada dos meios de produção, à medida que essa posse é apresentada, por meio da representação, como consequência legítima do trabalho pessoal, da parcimônia e do engenho do empresário empreendedor.

Valorizar, por meio de signos positivos os elementos que supostamente expressam o modo de ser da classe e mesmo negatar a classe oposta e assumir para si os valores da classe à qual se vincula, é uma necessidade para os *representantes* (ibid., p. 65). E, como dissemos acima, a tendência é que tais valores sejam manifestados como sendo universais e o *representante* veja-se como *representante* dessa universalidade, portanto, neutro frente às classes; **objetivo, desapaixonado**, movido pela razão, pelo patriotismo ou pelo humanismo.

Mészáros (ibid., p. 69) identifica duas possibilidades para a correspondência entre o “autointeresse” dos *representantes* e o objetivo geral de reprodução ou superação da condição vigente conforme seja a posição estrutural da classe de onde provêm e/ou com a qual se identificam.

[...] o autointeresse individual dos membros particulares do grupo dominante está diretamente relacionado ao objetivo geral de retenção da posição privilegiada e estruturalmente dominante que o grupo, como um todo, tem na sociedade. A ‘transcendência do autointeresse individual’ na direção do interesse coletivo da classe é, portanto, uma mera ficção, uma vez que essa ‘transcendência’, na realidade, não significa nada além de uma proteção eletiva do puro autointeresse. Consequentemente, ‘a busca do autointeresse’ tem de ser transformada pelos pensadores burgueses em uma ‘lei natural’ – a suposta lei da ‘natureza humana’ – válida para este ‘nosso mundo fenomênico’, e a ideia de sua transcendência tem de assumir a forma de um ‘dever-ser’ fictício, ideal, mas oposto ao é’ [...]

O que ocorre com o grupo subordinado é muito diferente. Aqui os interesses a ‘curto prazo’ dos indivíduos particulares, e mesmo da classe como um todo, em um momento dado, podem estar em oposição radical ao interesse de mudança estrutural ‘a longo prazo’ [...]. (ibid., p. 60-70).

Mészáros não aborda especificamente a questão acima em relação aos

grupos intermediários, à classe média, mas, consideramos que, tendencialmente, o “autointeresse privado” dos indivíduos oriundos dessa classe social aproxima-os da classe dominante, visto que, potencialmente, sua unidade de interesses tende a ser mais facilmente estabelecida com o *Ser social* da classe dominante – e com o projeto societário necessário à sua reprodução – do que com a classe dominada, cuja necessidade estrutural de longo prazo é a da subversão da ordem vigente (MÉSZÁROS, 2008, p. 70). Daí não ser uma anomalia o fato de grande parte dos *representantes* intelectuais e políticos da classe dominante ser, por sua origem social, proveniente da classe média. Na verdade, essa classe fornece intelectuais para todas as classes (GRAMSCI, 2006b, p. 20), porém a identificação com os interesses da classe dominante tende a prevalecer visto que não exigirá confrontação com a ordem dominante, o que favorece a compatibilidade entre projeto político societário e interesses privados de curto prazo (MÉSZÁROS, 2008, p. 79 et seq.). Entretanto, a unidade tendencial entre o “autointeresse” dos indivíduos provenientes da classe média e o *Ser social* da burguesia – por exemplo, a defesa da propriedade privada e a legitimação moral da acumulação privada de bens e riquezas como suposta recompensa pelo esforço pessoal – será definida e consolidada também em função de diversas mediações que atuarão no processo de qualificação deles como sujeitos individuais e os integrarão aos sujeitos coletivos como seres qualificados e qualificadores, educandos e educadores.

Para uma abordagem ampla do processo histórico, é mister que tenhamos em conta não somente as tendências que favorecem a reprodução da ordem social, mas também as tendências e contratendências que pressionam, no sentido contrário, isto é, na direção das transformações e rupturas e se constituem como elementos de negação. É premissa da dialética materialista que toda realidade é carregada de contradições, antagônicas ou não. A contradição é exatamente a interação dos contrários que existem em unidade e luta no interior das formações econômico-sociais e que expressam as características estruturais do modo de produção dominante. Portanto, as contradições possuem existência objetiva, decorrem da natureza mesma do modo de produção e se expressam ou refletem na superestrutura, nas subjetividades dos sujeitos. Elas são percebidas e representadas pelos sujeitos por meio das ideias, mormente, por intermédio das ideologias (CHEPUTLIN, op. cit.; ENGELS, 1979; LENINE, 1975; SCHAFF, op. cit.).

Isto significa que, em todo ordenamento social, existem não somente os fatores estabilizadores, mas também, em decorrência das contradições presentes, fatores de desestabilização, que tencionam no sentido da subversão da ordem vigente. É isto o que torna possível e mesmo necessárias as revoluções, as crises políticas, as lutas de classes e suas manifestações no plano intelectual e cultural, ou seja, ideológico. Portanto, reprodução e subversão são pares dialéticos presentes em todas as formações econômico-sociais, em todos os ordenamentos societários, e da tensão entre eles decorre o movimento dialético do social. Reprodução e negação são tendências que existem, simultaneamente, em unidade e luta. Em certos períodos, as tendências reprodutivas prevalecem e o sistema se preserva; mas, em outros, os fatores de negação se agudizam e podem levar a transformações mais ou menos radicais, profundas, e, no limite, à subversão revolucionária de todo o ordenamento societário então existente. Do ponto de vista dialético, o essencial é compreender o movimento das tendências e suas determinações.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista: Categorias e Leis da Dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CIAVATTA, Maria. O Conhecimento Histórico e o Problema Teórico-Metodológico das Mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; _____. (orgs.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *A Dialética Invertida: 1960-1990*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, nº 27, p. 9-26, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUARTE, Luiz Cláudio. Reflexões para uma Leitura de Realidade. *Falas*, Campos dos Goytacazes: Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes, ano 1, nº 1, p. 3-10, set., 1995.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Anti-Dühring*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. [Eletrônico]. Versão 6.0. 4ª ed. Curitiba [PR], s.d. [Conforme a Nova Ortografia].

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Marxismo Sem Utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *O Escravismo Colonial*. 4ª ed. rev. e amp. São Paulo: Ática, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* v. 1 [Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce]. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. *Cadernos do Cárcere* v. 2 [Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo]. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989b.

LENINE, Vladimir Ilitch. *Materialismo e Empiriocriticismo: Notas Críticas sobre uma Filosofia Reacionária*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa [São Paulo: Martins Fontes], 1975.

_____. Que Fazer? In: _____. *Obras Escolhidas* v. 1. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Ideologias e Ciências Sociais: Elementos Para Uma Análise Marxista*. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982a.

_____. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Obras Escolhidas* v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s.d-c.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: Crítica da Mais Recente Filosofia Alemã e seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus Diferentes Profetas (1845/1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A Sagrada Família ou A Crítica da Crítica Crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIOTTE, J-M. *O Pensamento Político de Gramsci*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

PLEKHÁNOV, G. *Ensaio Sobre a História do Materialismo (D'Holbach, Helvetius e Marx)*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

_____. *Ensaio Sobre a História do Materialismo. III Marx*. In: _____. *Obras Escolhidas* [em um tomo]. Moscou: Edições Progresso, 1987.

QUINIOU, Yvon. Das classes à ideologia: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, nº 11, p. 44-61, 2000.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

STALIN, Josef. *Em Marcha para o Socialismo*. São Paulo: Editora Quilombo, 1980.

THERBORN, Göran. *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. London: Verso, 1980. Tradução de: Jair Pinheiro [professor da Universidade Cruzeiro do Sul] e Lúcio Flávio de Almeida [professor PUC-SP]. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_therborn.pdf>